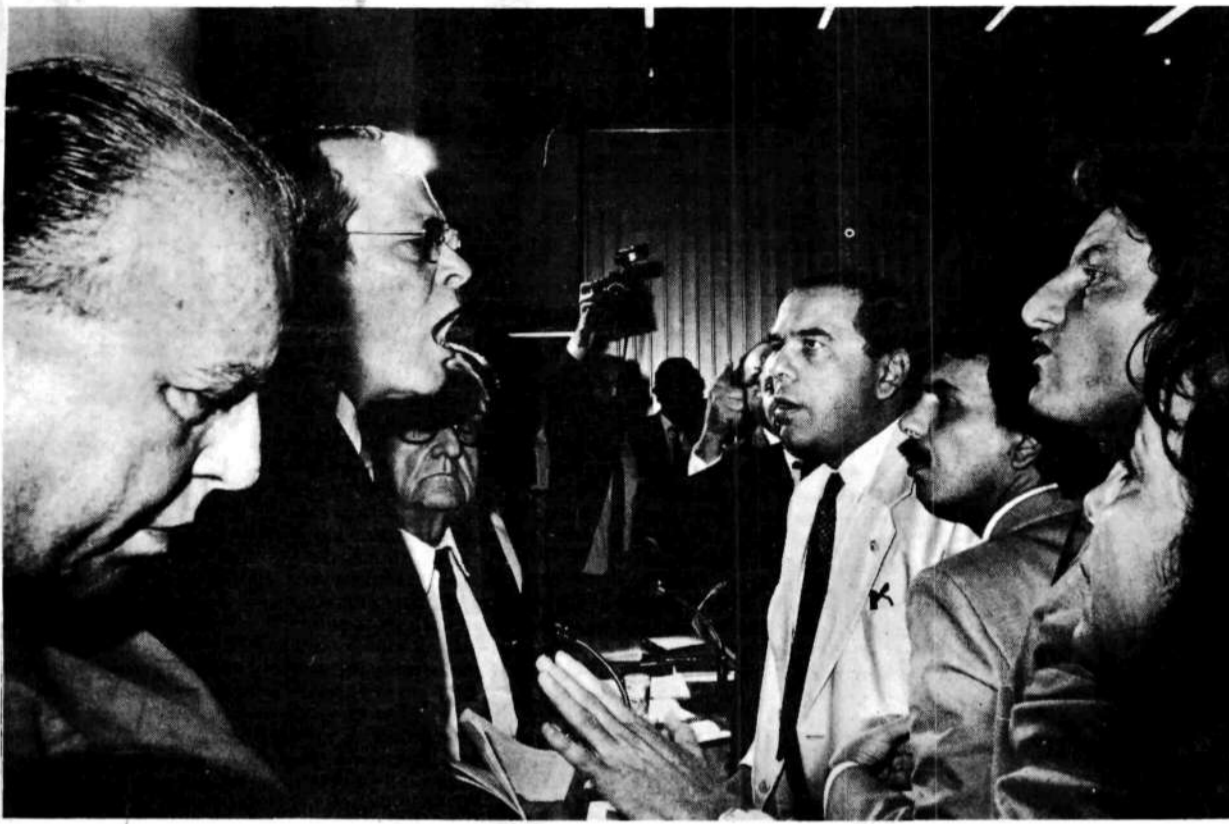


Dívida externa cria tumulto e briga

Afonso Arinos foi retirado para não perder a integridade física

GIVALDO BARBOSA



Arinos só observa Sant'Anna brigar com Hermes Zanetti, no tumulto que tomou conta da Comissão

Redução de mandatos não encontra apoio

A proposta do deputado Francisco Rossi (PTB-SP) de eleições para Presidente da República, deputado federal e senador 90 dias após a promulgação da Constituição não será aprovada pela subcomissão de Sistema Eleitoral e Partidos Políticos. Esta expectativa é compartilhada pelo próprio Rossi e por integrantes da subcomissão. O relator da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, deputado Prisco Viana (PMDB-BA), acha que a sugestão de Rossi é muito inovadora, e certamente suscitará polêmica no âmbito da subcomissão.

— Não sei se terá boa acolhida a proposta de revogação de todos os mandatos, por mais justificada que ela esteja. Todos sabem que as eleições foram trabalhosas, e para muitos bastante custosas. É difícil crer que haja uma maioria na Constituinte disposta a renovar em tão curto espaço de tempo esse esforço — disse o relator da Comissão, acrescentando que os constituintes devem receber com respeito a proposta de Rossi, e examiná-la em todas as suas repercussões.

O autor da sugestão também não acredita na aprovação de seu relatório "assim como está". Ao comentar as chances da proposta, Rossi Rossi a tendência a sua rejeição "a interesses pessoais" ligados principalmente à coincidência dos pleitos federais, estaduais e municipais. — este central de seu relatório neste ponto.

"E quem vai nos eleger?". Teria se indignado um membro da subcomis-

são, referindo-se às campanhas para cargos legislativos federais "montadas" em conjunto com os candidatos às assembleias legislativas — as chamadas "dobradinhas". Rossi disse que não foi possível aferir este sentimento antes de redigir o relatório porque "faltava muita gente" às reuniões. E acusou colegas, sem citar nomes, de legislar em causa própria. Estes parlamentares, analisa ele, votarão não contra o mandato de quatro anos e outros aspectos das propostas, mas contra aquilo que consideram prejudicial às suas próximas campanhas eleitorais.

"Como relator também não poderia deixar de colocar meus pontos de vista, de defender algumas teses" — justificou Rossi, apresentando um cálculo segundo o qual 60 por cento do relatório foram feitos "em cima das sugestões apresentadas". O resultado deste processo foi um anteprojeto que terá dificuldades para ser aprovado, e provavelmente não o será, já na primeira etapa: a votação na própria subcomissão. Em todo caso, ele considera sua tese progressista e acha que sua aprovação seria muito útil ao País.

De seis deputados do PMDB da subcomissão, consultados dia 12, cinco manifestaram-se contrários à idéia de Rossi, e um, embora favorável, duvida de sua viabilidade — o deputado Waldyr Pugliesi (PMDB-PR). Defendendo a renovação de todos os mandatos, Pugliesi acha que "com esse Congresso Constituinte e com a idéia conservadora dominante",

a proposta não será aprovada.

O deputado Arnaldo Moraes (PA) discorda da redução dos mandatos dos atuais deputados federais e senadores, porque isso significaria, de certa forma, uma cassação:

— Quem quiser — provoca — que renuncie, e o suplente assume.

Já o deputado Luiz Soyer (GO) argumenta que os atuais parlamentares foram legitimamente eleitos, e não há necessidade de referendo algum para que possam fazer a Constituição e serem deputados ou senadores. O deputado José Melo (AC) sugeriu uma disposição transitória estabelecendo que os constituintes são, até o final de seus mandatos, deputados e senadores, enquanto seu colega Rospide Netto (RS) disse que os deputados e senadores não têm motivo para abrir mão do direito conquistado nas urnas:

— Achei muito estranha essa proposta, e ela não vai vingar, até porque a Constituinte não é exclusiva.

A sugestão de Rossi quanto ao mandato presidencial para os futuros presidentes e a diminuição do mandato do presidente Sarney não tem o apoio de todos os deputados consultados. Arnaldo Moraes, José Melo e Waldyr Pugliesi concordam com quatro anos para os futuros presidentes, Luiz Soyer defende cinco anos, Rospide Netto quer entre cinco e seis anos na hipótese de adoção do parlamentarismo, e Robson Marinho não se pronunciou, alegando que a questão não foi ainda discutida pelo partido.

so, observou que nenhum dos partidos políticos tem procurado acertar numa solução para a crise.

Outro líder partidário, Haroldo Lima (PC do B-BA), acusou o governo de privilegiar o setor militar ao propor um sistema parlamentarista, com cinco anos de mandato para o presidente, que coloca os ministros militares a salvo dos votos de desconfiança da Câmara, incluindo-os no gabinete presidencial. Também criticando o projeto José Fogaça (PMDB-RS), de neo-parlamentarismo, ele propôs um sistema de coresponsabilidade entre o Executivo e o Parlamento.

O presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, por pouco não foi agredido fisicamente ontem ao final de uma tumultuada reunião marcada para a votação do projeto de Decisão do deputado Hermes Zanetti (PMDB/RS), que prevê a instalação de uma auditoria para posterior suspensão do pagamento da dívida externa. O tumulto foi provocado pelo líder do Governo Carlos Sant'Anna, acusado de fazer manobras para derrubar o projeto, num conturbado e tenso processo de votação. Ao final, depois de ter sido cercado na Mesa por um grupo de parlamentares do PMDB, que aos gritos diziam que ele teria se curvado às pressões do governo, Afonso Arinos foi retirado do plenário às pressas, bastante nervoso.

Por mais de três minutos o senador ouviu, de pé e calado, dezenas de deputados exaltados o chamarem de "golpista". Apenas quando Hermes Zanetti chegou muito próximo a ele reclamando que "não podia fazer isso, Vossa Excelência está começando mal", Afonso Arinos o encanou e em tom enérgico respondeu: "Eu não tenho medo de vocês". Em seguida o presidente foi retirado do plenário pelo próprio Carlos Sant'Anna e Gastoni Righi, líder do PTB.

A partir daí, o líder Carlos Sant'Anna passou a ser o alvo dos ataques e foi quase empurrado para fora por parlamentares do PMDB, PC do B e PT, sob pesados xingamentos.

— Você é um penetra do PMDB — gritava o deputado Paulo Ramos (PMDB/RJ).

— E você veio da Polícia — contra-atacou Sant'Anna, palido trêmulo e bastante descontrolado emocionalmente. "Vocês são ridículos, nós vencemos e vocês perderam" gritava

para o deputado Ademir Andrade (PMDB/PR) que lembrava a todos que Sant'Anna era um dos que "vieram da Arena para invadir o PMDB autêntico".

MANOBRA

Tudo começou pela manhã, em uma reunião anterior, quando o deputado Prisco Viana, designado como relator do projeto, apresentara um parecer contrário. As discussões duraram mais de quatro horas e o presidente Afonso Arinos não conseguiu sequer resolver uma questão de ordem sobre qual quorum seria fixado para deliberação da matéria. A tarde, já com a definição de que teria de ser maioria absoluta, o relator Prisco Viana tentou conduzir a votação de uma preliminar questionando a competência da Comissão de Sistematização para apreciar o projeto de decisão.

Através de votação simbólica, já que não havia em plenário, o número exigido de 47 parlamentares, o projeto de Hermes Zanetti foi derrotado graças a manobra de Carlos Sant'Anna. Imediatamente Zanetti solicitou verificação de quorum, mas a esta altura, o líder do governo, em pé, gesticulava muito e dizia que a sessão já estava encerrada. Apático, atendendo solicitação de Carlos Sant'Anna, Afonso Arinos se limitou a dizer que Zanetti não poderia pedir a verificação, uma vez que não era membro titular da Comissão, o que foi feito em seguida pelo deputado Paulo Ramos (PMDB/RJ), mas Arinos não o atendeu, dando por encerrada a sessão sem proceder a contagem para a constatação do quorum. Neste momento formou-se a confusão.

Agora o deputado Paulo Ramos, considerando que a reunião formalmente não foi encerrada, pretende entrar com um recurso para exigir que o projeto volte a plenário para nova.

Jânio defende guerra a preços

São Paulo — O prefeito Jânio Quadros, em telex enviado ontem ao presidente Sarney, recomenda o uso do "punho de ferro", para controlar "a alta desmedida de preços e custos, o desrespeito à autoridade e a onda de greves promovida pelos radicais que ameaçam destruir a Nação. Confio em que o Presidente e amigo aja como punho de ferro. Tenho pouco a oferecer, além de minha solidariedade completa e irrestrita".

Virgílio rompe com o Governo

Manaus — O ex-deputado federal e candidato derrotado ao governo do Amazonas, Arthur Virgílio Neto, 41 anos, anunciou ontem o rompimento do seu partido, o PSB, com o Governo Federal. Ao mesmo tempo, lançou a campanha Diretas-Já em Manaus, com o apoio do PDT, PT e PC do B.

Arthur Neto obteve 209.716 votos contra 270.875 do vencedor Amazonino Mendes. Para ele, o rompimento do seu partido com o Governo Federal não afeta a amizade pessoal entre ele e o presidente José Sarney. "Nós estamos aqui para dizer ideologicamente, que o presidente José Sarney está equivocado", afirmou.

As viagens na mira de Corrêa

O senador Maurício Corrêa (PDT-DF) anunciou ontem em plenário que encaminhará à mesa, até o início da próxima semana, requerimento de informações ao Gabinete Civil do Governo do Distrito Federal sobre quantas vezes, e durante quantos dias, o governador José Aparecido ausentou-se de Brasília em seus dois anos de mandato. Maurício Corrêa declarou que reiteradas vezes solicitou aqueles dados ao GDF, e não obteve, até agora, qualquer resposta.

Senado autoriza Sarney a viajar

O Senado aprovou ontem à noite projeto de decreto legislativo que autoriza o presidente José Sarney a ausentar-se do País no período compreendido entre maio deste ano e fevereiro de 1988. Na discussão do projeto, o senador Jamil Haddad (PSB-RJ) manifestou a sua expectativa de que após a promulgação da Constituição seja restabelecida a prática de o Congresso conceder licença ao Presidente a cada viagem.

Manifesto vira trunfo político

O deputado Expedito Machado não leu o manifesto do grupo centro-democrático, às 16h de ontem, como prometeu, porque o presidente Sarney considerou mais prudente guardar o documento como um instrumento de barganha, até a reunião da bancada do PMDB, prevista para a próxima terça-feira.

A tese do presidente da República é a mesma do líder do governo na Câmara dos Deputados, Carlos Sant'Anna, ou seja: o grupo já constituído no PMDB deve guardar a divulgação do documento para outra oportunidade, transformando-o em instrumento de barganha para negociação.

Carlos Sant'Anna vinha desaconselhando a leitura do manifesto, considerando-a um erro político. Mas, ignorando a posição do líder do governo na Câmara, o deputado Expedito Machado vinha anunciando aos jornalistas que iria divulgar o documento como forma de marcar uma clara posição de seu grupo na crítica ao esti-

lo de Ulysses Guimarães à frente do comando partidário.

Ontem, finalmente, o grupo mais ligado à maioria dos coordenadores de bancadas reuniu-se, às 11 horas, para uma tomada de decisão. Prevaleceu, então, de acordo com tendência da maioria, a orientação do deputado Carlos Sant'Anna, segundo a qual não convém politicamente a divulgação do documento para que ele se transforme em instrumento de barganha numa negociação com o grupo ortodoxo do PMDB, tendo Ulysses à frente.

Sant'Anna lembrou, na reunião do grupo, ontem, que a corrente unidade do PMDB manteve em segredo um manifesto em favor da candidatura de Tancredo Neves na disputa com Ulysses Guimarães, transformando em instrumento de negociação dentro do partido. O líder do governo na Câmara admite a possibilidade da divulgação do documento, mas em outra oportunidade.

Robertão: falta poire

"Tudo é porque Ulysses não tem poire para todo mundo". Esse sarcástico comentário foi feito pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP) ao falar sobre o manifesto que está circulando no Congresso com críticas à direção do partido.

O deputado paulista abordou o assunto no Palácio do Planalto ao tomar conhecimento de que os deputados Expedito Machado (CE) e Marcos Lima (MG) teriam levado o manifesto para entregar ao chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

"Se em vez de poire (licor de pêra que constitui um velho hábito de Ulysses)

o presidente do PMDB desse cachaça, ele contentaria a todos e não seria alvo dessas críticas", rebateu Cardoso Alves. O deputado acha que Ulysses "é o ponto de equilíbrio do partido e se ele sair o PMDB cai como uma trouxa de roupa".

Cardoso Alves esteve com o ministro Rubens Denys, do Gabinete Militar, e na conversa com os jornalistas ele disse que "o êxito do presidente Sarney será uma vitória para o PMDB. Essa agitação toda é superficial. No fundo, o que está mesmo é o interesse do País. O que o partido precisa é de unidade, que não tem".

Righi alerta para perigo de um novo golpe militar

O "desvario governamental" está colocando o País no caminho de nova intervenção militar. O alerta foi feito ontem, a tribuna da Constituinte, pelo líder do PTB, deputado Gastone Righi, que disse suspeitar de que os constituintes nem concluirão a sua missão, de escrever a nova Constituição, "diante do fracasso do poder civil".

Na análise do líder petebista, a volta dos militares ao poder acabará sendo aplaudida pela população. Ele culpou pela situação de crise do País a desordem econômica; as freqüentes declarações da área militar; o fisiologismo do

PMDB, que se interessaria apenas em nomear, demitir e obter vantagens; a "insanidade" da Constituinte e o que chamou de "desvario governamental", refletido no empreguismo desenfreado e projetos de obras faraônicas como a Ferrovia Norte-Sul e o trem-bala.

Gastone Righi estimou que a inflação deverá atingir a 1.200 por cento, projeção feita a partir das taxas de juros, que segundo ele teria ultrapassado a 1.000 por cento ao ano, e do overnight, a 45 por cento. Denunciou, ainda, um "aumento assustador" dos preços e sonegação de mercadorias. Em meio a tudo is-